



DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Resolve em breve

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, deixou claro que, se depender dele, a Suprema Corte decidirá, em breve, o caso de responsabilização das big techs. Basta o ministro André Mendonça devolver o processo que será pautado. Com o recesso, o prazo de 90 dias do pedido de vista ficou suspenso. Portanto, só deve ser votado a partir do final de abril ou início de maio.

## O que eles pensam

No empresariado, começa a cristalizar-se uma percepção de que a tendência para 2026 será a extrema-direita contra o centro. Eis que surge a pergunta: e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva? E eles respondem que, a cada dia, estão mais convencidos de que Lula não será candidato.

## A onda do MDB

Quanto mais Lula cobrar o apoio do MDB, rumo a 2026, mais o partido fará cara de paisagem. Muita gente no partido concorda com a avaliação da turma do Centrão de que a esquerda não terá condições de vencer. Enquanto Lula ou o PT não derem sinais de que são os mais competitivos, ninguém vai se mexer.

## Erro I

Muita gente que está na Suíça considerou uma falha o governo Lula ser representado no Fórum Econômico de Davos apenas pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Era o momento de vender o Brasil como potência ambiental e fazer propaganda sobre a COP 30.

# Davos na contramão de Trump

A contar pelo relatório de riscos de curto prazo produzido no Fórum Econômico Mundial de Davos, esta semana, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não conseguirá jogar os problemas climáticos para escanteio. Pela primeira vez, tais questões estão na ordem do dia dos altos escalões financeiros. A tabela de riscos classificados com severidade para dois anos inclui eventos climáticos extremos em segundo lugar, perdendo apenas para a desinformação, considerado o mais grave, que já era ranqueado como um dos problemas graves para o biênio. Aparece acima, inclusive, dos conflitos armados. Em sexto lugar está a poluição.

Quem alerta para a inclusão dos problemas ambientais no relatório de riscos é Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente no governo Dilma

Rousseff, hoje consultora das Nações Unidas e uma das mais requisitadas autoridades brasileiras na seara ambiental. "São dois problemas ambientais ranqueados no curto prazo e cinco, no longo. Não é mais o debate sobre reduzir um grau e meio o aquecimento. Nós, brasileiros, precisamos entrar nos debates, porque o mundo precisa de nós. O mundo irá ao Brasil para a COP 30 e temos uma chance única de nos apresentar diante das preocupações ambientais e da produção de alimentos", disse a ex-ministra, ao participar do Lide Brazil Econômico Fórum, em Zurique.

A plateia de empresários brasileiros e europeus anotou toda a palestra de Izabella. Sinal de que o tema está, a cada dia, mais no ranking de prioridades, ainda que Trump não esteja muito voltado para essa questão.



## CURTIDAS

**Abre o jogo, Meirelles!** Fundador do Lide, o ex-governador de São Paulo João Dória retomou a veia jornalística ao longo do Brazil Economic Forum, em Zurique. Enquanto o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles não admitiu que o Lula 3 está diferente dos governos Lula 1 e 2, Dória não sossegou. Meio a contragosto, Meirelles disse que "há uma expansão fiscal que não havia no passado".

**Que fique registrado...** O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, fez questão de lembrar que, de 2015 para cá, quatro emendas constitucionais alteraram o capítulo do orçamento, criando um modelo "esquisito, estrambótico". Parlamentares participam na definição de gastos, mas não têm responsabilidade alguma por eles.

**... e seja debatido!** Dito isso, o ministro partiu para a defesa da volta do debate sobre o semipresidencialismo, ou seja, uma mudança que dê responsabilidade ao Congresso. A sugestão é um debate mais profundo.

Felipe Gonçalves/LIDE



**Por falar em Gilmar...** Ele e o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, ficaram lado a lado no Lide Brazil Economic Forum (foto). A defesa da democracia, pelo visto, fez com que as rugas do passado fossem deixadas para trás.

## ORÇAMENTO

# AGU busca liberar o Pé-de-Meia

Governo argumenta que retenção dos recursos ameaça programa. Segundo Haddad, no entanto, repasse não será suspenso

» JULIA PORTELA  
» RAPHAEL PATI

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Iniciativa do governo federal visa financiar a manutenção do estudante na escola durante o ensino médio

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu, ontem, da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que bloqueou o uso de recursos para financiamento do Pé-de-Meia. O programa é voltado para estudantes matriculados no ensino médio público, beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Além disso, o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, garantiu que não haverá interrupção nos repasses. Ao todo, foram retidos mais de R\$ 6 bilhões.

A AGU solicitou a suspensão "imediatamente" da decisão, que impede o Ministério da Educação (MEC) de destinar recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) e do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc) para o Pé-de-Meia. Argumentou no recurso ao TCU que não há qualquer ilegalidade na transferência da verba.

De acordo com a AGU, o bloqueio das verbas poderá inviabilizar a continuidade do programa, cujo principal objetivo é a manutenção de alunos em

escolas públicas. Segundo o governo federal, a suspensão repentina do repasse de mais de R\$ 6 bilhões causará "transtornos irreparáveis" ao Pé-de-Meia e aos estudantes.

"Há risco real de que o programa não tenha continuidade em 2025" e de que ocorra "paralisação imediata no corrente mês de janeiro", salienta a AGU. Isso aconteceria porque,

segundo a Caixa Econômica Federal, o saldo do fundo que custeia o Pé-de-Meia seria suficiente para bancar somente os repasses de dezembro.

O financiamento do programa é feito por meio do Fundo de Incentivo à Permanência no Ensino Médio (Fipem), administrado pela Caixa. De acordo com dados do banco, o valor restante do saldo seria de

aproximadamente R\$ 762 milhões.

Indagado sobre as ações que vêm sendo tomadas pelo governo para liberar os recursos, Haddad foi enfático: "Não vai haver descontinuidade. Isso eu posso garantir. O que penso é que vamos encontrar uma saída para fazer, com o saldo atual. O encaminhamento que está sendo dado é para não haver interrupção do programa", disse,

## R\$ 6 BILHÕES

é o montante retido pelo Tribunal de Contas da União, cujo plenário seguiu o entendimento da área técnica da Corte

acrescentando que o governo segue negociando para solucionar o impasse.

## Sem aprovação

Como o orçamento deste ano ainda não foi aprovado, o governo tem apenas 1/12 desses recursos para utilizar. Representa que o Executivo terá verba para pagar despesas obrigatórias ou essenciais — como salários, aposentadorias e estoques dos serviços de saúde. Fora disso, poderá destinar recursos para ações de prevenção de desastres ou em outras ações como situações de emergência ou estado de calamidade pública, por exemplo. Os

detalhes de destinação de cada verba consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que precisa ser sancionada.

A decisão de suspender o repasse ao Pé-de-Meia é do ministro Augusto Nardes e foi referendada pelo plenário do TCU, na quarta-feira. Ele seguiu a orientação da área técnica da Corte, de que o programa opera fora do orçamento da União e desrespeita as regras fiscais.

O Pé-de-Meia foi lançado no início de 2024 e os estudantes podem receber R\$ 9,2 mil ao longo do ensino médio. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) emitiu nota protestando contra a suspensão do programa.

"O programa impacta, diretamente, a permanência de jovens na escola, especialmente em um país marcado por desigualdades que afasta muitos da educação. Embora não resolva todos os desafios, como reformas estruturais e valorização dos professores, é um importante avanço, resultado da luta estudantil, rumo a uma escola pública inclusiva. Mais que um auxílio financeiro, o programa é uma oportunidade de transformação e de garantir uma escola acessível e acolhedora para todos", observa a UBES.

## JUSTIÇA

# Entidades pedem rapidez para julgar Lei do Marco Temporal

Um conjunto de 14 associações de defesa dos direitos dos povos indígenas, dos direitos humanos e da democracia fez um pedido para que o Supremo Tribunal Federal pautasse, com

urgência, os pedidos de suspensão da Lei do Marco Temporal. A norma foi aprovada pelo Congresso logo após o STF declarar inconstitucional a tese, que diz que os indígenas só têm direito

às terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

A Lei do Marco Temporal é objeto de ações no Supremo, mas o relator, Gilmar Mendes, enviou o caso para conciliação e decidiu manter a validade da lei. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, disse que pautará os pedidos de suspensão da lei, caso o acordo não seja alcançado.

Foram realizadas 14 reuniões e a comissão que busca a conciliação foi prorrogada até 28 de fevereiro.

Entre as associações que assinam o pedido, estão o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Juízes Para a Democracia (AJD), o Instituto Socioambiental (Isa) e o Greenpeace Brasil.

As entidades afirmam que a lei "ressuscita questões já superadas" pela Corte e que, "ao invés de contribuir com a otimização da realização do dever constitucional de proteção e demarcação de terras indígenas, cria entraves e obsta os procedimentos administrativos".

Para esses organismos, a demora atrasa o estabelecimento de um rito, pela União, para

pagar as indenizações das demarcações. "Há mais de um ano, a Lei se encontra em vigor sem que nenhum pronunciamento acerca de sua (in)constitucionalidade tenha sido proferido por esta Corte Constitucional, seja nas ações de controle de constitucionalidade em curso ou mesmo nos incidentes de inconstitucionalidade pela via difusa apresentados", prossegue o pedido.